

# Direção política e educação: a noção de vanguarda nos escritos de Gramsci

ANITA HELENA SCHLESENER\*

## Introdução

*Somente de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca nascerá a ação concreta de construção.*

(Gramsci, 1975, p.10)

As questões que nos colocamos a fim de explicitar a articulação entre política e educação nos escritos de Gramsci são as seguintes: como esta relação se apresenta no contexto dos escritos de juventude, prenunciando a questão da hegemonia explicitada nos *Cadernos do cárcere*? Que reflexões carcerárias nos permitem evidenciar os pressupostos do período de militância política? Qual a ideia de direção política que perpassa os *Cadernos do cárcere*?

A base de nossas reflexões encontra-se no *Caderno 10* (§2, p.1242), na observação de que se o “político é um historiador” (na medida em que “agindo no presente interpreta o passado”), o “historiador é um político e, neste sentido” a “história é sempre história contemporânea, isto é, política”. A centralidade da política nos escritos de Gramsci tem seu pressuposto na luta de classes, servindo para definir os conceitos de educação e cultura: a educação apresenta-se como um processo de formação que ocorre ao longo da vida de cada indivíduo, na medida

---

\* Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.  
E-mail: anita.helena@libero.it

em que este se insere em determinadas condições sociais. Desse modo, a educação escolar é uma pequena parcela da educação e, para Gramsci, não necessariamente a mais importante, visto que a escola, na sociedade burguesa, cumpre objetivos que não são necessariamente os das classes subalternas. Para Gramsci, a educação do povo não deveria ser discutida por intelectuais que fazem parte da elite dominante, mas deveria estar nas mãos do povo. Já em 1916, falando a propósito de um encontro de pedagogos, fisiólogos e parlamentares de diversas tendências reunidos para discutir sobre a educação do povo, acentua:

É necessário mudar de curso, é necessário dar ao programa de educação do povo um conteúdo real, derivado da consciência imediata e direta das suas necessidades e das suas aspirações, dos seus direitos e deveres. A história pedagógica demonstra que toda classe que empreendeu a conquista do poder tornou-se idônea mediante uma educação autônoma. (Gramsci, 1980, p.642)

Ou seja, a educação escolar é importante, desde que seja orientada pelos interesses das classes trabalhadoras e articulada à sua organização política. Tirar das mãos da elite dirigente a educação do povo seria um passo decisivo na luta por uma nova ordem social e política. Em 1918, abordando o problema da escola, Gramsci acentua que, no “Estado dos conselhos, a escola representará uma das atividades públicas mais importantes e essenciais”, porque “ao desenvolvimento e ao bom êxito da escola comunista, está ligado o desenvolvimento do Estado comunista e o surgimento da democracia” (Gramsci, 1975, p.255).

Da mesma forma, a cultura tem um caráter de classe e a apropriação da cultura historicamente produzida depende das relações de força que instituem o poder dominante ou das formas de resistência e de luta hegemônica que as classes trabalhadoras conseguem criar. A organização política precisa vir acompanhada de uma formação integral que resulte em uma nova concepção de mundo, o que se pode identificar nos escritos entre 1916-1926 e que, da nossa perspectiva, trazem implícita a questão da hegemonia, desenvolvida nos *Cadernos do cárcere*.

Assim, a partir destes pressupostos, os objetivos deste artigo são, basicamente, explicitar o significado que seus escritos apresentam da ideia de direção política ou de vanguarda no contexto da organização dos movimentos como os conselhos de fábrica e também no interior do partido. A temática percorre os *Cadernos do cárcere*, tanto nas formulações sobre a função dos intelectuais, quanto na reflexão sobre as *Teses sobre Feuerbach*, de Marx, passando pela noção de disciplina e de formação consciente, ou seja, nos temas que trazem a questão da hegemonia e o sentido de filosofia da práxis, todos abordando implicitamente a questão da educação. Já no *Caderno I*, tendo como pano de fundo a revolução burguesa italiana e a atuação do Partido da Ação, Gramsci define direção política a partir da noção de hegemonia dizendo que uma “classe é dirigente das classes que lhe são aliadas e dominante das classes que lhe são adversárias” (Gramsci, 1978, Q.1, p.41).

No *Caderno 7*, os dois conceitos, hegemonia e direção política, aparecem identificados na abordagem da vida interna dos partidos enquanto espaço de “convivência coletiva na qual toda a massa deve ser educada” de acordo com as regras que definem a luta pela organização de um Estado (Gramsci, 1978, Q.7, p.920). Essa educação implica relacionar espontaneidade com direção consciente, numa unidade que se compõe na forma da disciplina, da formação integral, que se traduz em ação política de massas, que caracteriza a formação das classes subalternas (Gramsci, 1978, Q.3, p.330).

Desta problemática geral, nos interessa explicitar aqui a relação entre dirigentes e dirigidos no interior de uma instituição política operária, a fim de mostrar que as posições assumidas na fase de militância política, acompanhada por escritos jornalísticos, não foi abandonada nos *Cadernos do cárcere* e que isto se constitui numa grande contribuição de Gramsci para se pensar a estrutura interna de um partido político. No curso desta leitura, trataremos da formação política e cultural das classes trabalhadoras no movimento dos conselhos de fábrica, a fim de entender, no contexto dos *Cadernos do cárcere*, a questão da formação dos intelectuais das classes subalternas.

Iniciamos retomando alguns artigos de *L'Ordine Nuovo* a propósito dos conselhos de fábrica, basicamente escritos de 1919 e 1920, cuja referência principal é a experiência soviética da Revolução de 1917, como base para criar as condições revolucionárias na Itália. A partir da formação dos conselhos, Gramsci explicita a natureza dos soviets e a possibilidade de reproduzir sua forma e seu conteúdo no contexto industrial italiano. Os conselhos são, assim, entendidos como uma instituição inovadora que, a partir da articulação entre política e educação, são capazes de instaurar o autogoverno das massas operárias.

Em seguida, fazemos uma breve análise das proposições da carta de 1926 e a polêmica com Togliatti para explicitar, a partir da abordagem da crise interna do partido russo, a noção original de Gramsci a respeito da função dirigente do partido e a sua crítica ao processo de burocratização. Para Gramsci, o partido deveria articular-se e ser o ponto de convergência dos interesses das massas, abrindo para as massas os debates e as suas crises internas. Ao partido caberia organizar os movimentos espontâneos das massas revolucionárias, de modo que os dirigentes não poderiam distanciar-se delas. Na base desta polêmica tem-se uma posição de Gramsci em relação ao conceito de vanguarda, posição que, na nossa opinião, foi mantida nos *Cadernos do cárcere*.

Enfim, pretendemos salientar fragmentos dos *Cadernos do cárcere* que parecem ter como pressuposto a experiência dos conselhos e do jornal *L'Ordine Nuovo*, a partir das quais se redefine a função dos intelectuais e do partido político. O trabalho organizativo é importante, mas precisa ter a participação efetiva das massas; “viver não é o bastante: é necessário ter uma história, mover-se e desenvolver-se para poder afirmar que se é um organismo político que tem uma base própria e um futuro” (Gramsci, 1992, p.253-254). Um partido não pode cris-

talizar-se ou apresentar uma forma definitiva; a sua vida depende da participação efetiva das massas.

### **Notas sobre a formação política nos conselhos de fábrica**

São vários os artigos que abordam a questão da organização, função e importância dos conselhos no processo de formação política e revolucionária dos trabalhadores. Como instituições originais, constituem a base para a formação de uma nova atitude que implica uma nova disciplina e a educação das massas para uma vivência política autenticamente democrática. Os conselhos de fábrica eram organizações completamente novas em relação a tudo o que existia em termos de organização das classes operárias, com uma conformação específica que unia o ato de produção material com o exercício político e cultural produtor da soberania, possibilitando desenvolver uma nova concepção de Estado.

Enquanto o Estado capitalista centraliza e unifica a política de acordo com os interesses de uma classe, os conselhos viviam uma nova experiência política, cuja característica fundamental estava em criar uma nova forma de dirigir a sociedade, outra perspectiva de gestão política, que se pretendia a base de um Estado socialista: “não é ainda a instauração de uma prática e de um costume econômico de solidariedade”, o que seria próprio do comunismo, mas “é o Estado de transição, que tem a função de suprimir a concorrência com a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais; esta tarefa não pode ser realizada pela democracia parlamentar”. Trata-se, portanto, de criar “um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, em substituição ao Estado democrático-parlamentar” (Gramsci, 1975, p.14 e 17).

Dos escritos de 1919 e 1920, pode-se dizer que a função objetiva dos conselhos como movimentos de organização e formação da classe operária era iniciar uma nova prática de convivência social e de exercício da democracia com o objetivo de desembocar no autogoverno operário; essa experiência se produz articulando economia, política e cultura, num processo inovador de educação das massas. Trata-se de uma prática que, tendo como princípio o trabalho coletivo e solidário acompanhado pelo debate político, desencadeia um processo de educação mútua no interior das unidades de trabalho, tornando possível romper com relações e valores que sustentam a sociedade capitalista baseada na livre concorrência, na competição, no individualismo.

A classe operária deve capacitar-se, deve educar-se para a gestão social, deve adquirir a cultura e a psicologia de uma classe dominante, deve alcançá-la com os seus meios e seus sistemas, com comícios, congressos, discussões, com a educação recíproca. Os conselhos de fábrica são a primeira forma dessas experiências históricas da classe operária italiana, que tende ao autogoverno no Estado operário. (Ibid., p.95)

São as próprias condições de vida na fábrica, com a evidência das contradições, a subordinação do operário ao processo de produção intenso e metódico, contraposto ao ritmo desordenado da política e aos problemas sociais que possibilitam criar “no mundo proletário aquele corpo de sentimentos, instintos, pensamentos, costumes, hábitos e afetos que se resumem na expressão: solidariedade de classe” (Ibid., p.325).

O relato de Gramsci sobre a atividade dos conselhos se evidencia em “Domingo vermelho”, artigo escrito em pleno processo de ocupação das fábricas em 1920: do entusiasmo e do incentivo aos trabalhadores para continuarem o movimento, sobressaem a importância da organização de base, a “capacidade de iniciativa e de criação revolucionária da classe operária”, a necessidade de explicitar as contradições da sociedade capitalista para criar “um exército articulado, organizado e disciplinado, em condições de resistir às forças adversárias e vencê-las” (Ibid., p.165).

As observações sobre a originalidade política, cultural e educacional dos conselhos de fábrica, que se inspira na organização dos soviets, se apresentam na organização das assembleias, na discussão aberta dos problemas pelos operários nas fábricas, construindo a “soberania da república proletária de fábrica”, quebrando todas as hierarquias para construir o poder operário sobre novas bases industriais e administrativas. E finaliza ironicamente: “os anarquistas deveriam ser os mais favoráveis a esta organização de poder, porque os seus ideais vêm a ser realizados concretamente” (Ibid., p.166).

Interessante salientar que, a este movimento dos conselhos, Gramsci denomina “a vanguarda proletária”, distinguindo-a “da massa amorfa da população”, sendo que “as vanguardas dirigem e dão uma consciência política a estas massas” (Ibid., p.170). Salienta a experiência de autogoverno industrial e político, gerado no conjunto dos conselhos que, naquele momento, precisavam se posicionar ante o acordo feito pela Confederação Geral do Trabalho pelo qual um referendo deveria decidir pelo fim ou não das ocupações de fábrica. Na verdade, o acordo vinha de cima, ou seja, da confederação, com um conteúdo ideológico “requintadamente antirrevolucionário” que valorizava as massas da população em geral, de modo que já se podia imaginar o resultado da consulta. Nesse contexto, Gramsci esclarece a sua noção de “vanguarda”:

A revolução é como a guerra: [...] as assembleias devem ratificar o já acontecido, exaltar os sucessos, punir implacavelmente os insucessos. É tarefa da vanguarda proletária manter sempre aceso nas massas o espírito revolucionário, criar as condições para que as massas estejam predispostas à ação e a responder imediatamente às palavras de ordem revolucionárias. (Ibid., p.171)

Cabe salientar que, neste artigo, Gramsci acentua a importância e a necessidade das assembleias gerais, mas esclarece que, como na guerra as decisões são refe-

rendadas pelos parlamentos, assim também “nenhum movimento revolucionário é decretado por uma assembleia nacional operária”, mas esta precisa referendar as decisões da vanguarda proletária. E, quando a assembleia discorda ou decide outro caminho, isto “não deve ser razão de desorientação ou de desagregação”, mas motivo para retomar uma atividade mais disciplinada e organizada: “a emancipação do proletariado não é obra de pouca conta e de homens fracos”, somente quem enfrenta a situação e “mantém o coração forte e a vontade afiada como uma espada pode ser considerado um lutador da classe operária e pode ser chamado um revolucionário” (Ibid., p.172).

Esta posição de Gramsci pode ser encontrada nas cartas do período vienense, concretizando-se na carta de 1926 dirigida ao Comitê Central da Terceira Internacional, defendendo o amplo debate sobre a crise interna do partido russo e, na polêmica com Togliatti, defensor incondicional do direito do Comitê de discutir reservadamente, que critica a afirmação de Gramsci acerca da necessidade de preservar as diferenças, de garantir que se possa manifestar uma opinião contrária e que tudo seja aberto e transparente para garantir o processo de revolução.

### **Notas sobre a organização partidária a partir da carta de 1926**

Iniciamos com uma citação retirada de uma carta de 1924, enviada de Viena a Scoccimarro e Togliatti, ambos na direção do PCI naquela ocasião, e que nos mostra a posição de Gramsci em relação à crise interna do partido russo:

O que eu espero é que o partido, nos limites que a legalidade permite, tenha a vida de baixo e não do alto: que considere o pensamento dos companheiros e que não impeça que se manifestem ideias contrárias à direção de um grupo de companheiros que têm toda a inteligência que se queira, mas são, também eles, pessoas que cometem erros; [...]. (Gramsci, 1992, p.254)

Uma linha sutil de diferença política se estabelece entre esta posição de Gramsci e a posterior formulação de um partido de vanguarda, linha que pode ser identificada nas suas observações a partir do agravamento da crise interna do partido russo, na carta de outubro de 1926, já muito comentada, mas que retomamos para explicitar a ideia de vanguarda. Nesta carta, Gramsci se permite discutir a “questão russa” que os próprios dirigentes do partido russo haviam determinado como uma “questão interna” e que, portanto, deveria ser problema apenas dos dirigentes do partido. E inicia a carta dizendo: “os comunistas italianos e todos os trabalhadores conscientes do nosso país têm seguido com a máxima atenção as suas discussões”, ou seja, sinaliza para um debate aberto a todos os militantes. E continua a dizer que, pelos rumos que os fatos estão tomando nos dias que antecedem o Congresso e pela aspreza das discussões, começa-se a perder a segurança sobre vários aspectos como: a unidade do partido russo, a sua homogeneidade ideológica e organizativa e a sua preparação para superar as dificuldades:

Estávamos bastante seguros que, tendo alcançado uma maior homogeneidade ideológica e organizativa por meio das discussões, o partido estaria melhor preparado e equipado para superar as múltiplas dificuldades que estão ligadas ao exercício do poder em um Estado operário. Hoje, na vigília de vosso XV Congresso, não temos mais a segurança do passado e nos sentimos irresistivelmente angustiados; parece-nos que a atual posição do bloco de oposição e a sutileza das polêmicas no partido comunista da Rússia exigem a intervenção dos partidos irmãos. (Ibid., p.455)

Esta postura firme em relação à cúpula partidária, cuja autoridade provinha da liderança do movimento revolucionário e a anterior afirmação de que todos os trabalhadores conscientes da Itália estavam a par das discussões, demonstra claramente a ideia que Gramsci tinha de vanguarda. Ele se dá o direito, como dirigente, não apenas de questionar o partido russo, mas de abrir o debate com seus companheiros da classe operária italiana. E recorda as orientações de Lenin a respeito da unidade e da disciplina partidárias, da necessidade de superar o espírito corporativo, ou seja, sustenta que a unidade e a disciplina não podem ser mecânicas, nem impostas como resultado de coação; precisam ser geradas no respeito às diferenças, “devem ser leis e de convicção, e não aquelas de um departamento inimigo aprisionado e assediado que pensa sempre à evasão e ao ataque de surpresa” (Ibid., p.461).

A carta é finalizada com a afirmação de que, embora divergentes, “Zinoviev, Trotski e Kamenev contribuíram grandemente para nos educarem para a revolução, algumas vezes nos corrigiram enérgica e severamente” e estão “entre os nossos mestres”. Apresenta ainda o pedido de que os dois lados reconsiderem para que se evitem medidas excessivas, porque esta unidade é necessária “para o desenvolvimento e o triunfo da revolução mundial” (Ibid., p.461-462).<sup>1</sup>

Togliatti critica a carta em vários pontos, começando pelo “não estar seguro” da parte inicial da carta, mas principalmente devido ao fato de a carta atribuir ao Comitê Central uma parcela de erro no enfrentamento da polêmica, como parece sugerir o pedido de não tomar medidas excessivas. Togliatti chega a afirmar: é certo demonstrar preocupação com a crise do partido russo, mas “é certo também que, quando se está de acordo com a linha do Comitê Central, o melhor modo de contribuir na superação da crise é exprimir a própria adesão a esta linha sem colocar nenhuma limitação” (Ibid., p.465).

Gramsci responde em 26/10/1926, acentuando o caráter abstrato e esquemático de Togliatti e explicitando que “nas nossas cidades não existem apenas partidos, entendidos como organização técnica, mas existem também as grandes massas

<sup>1</sup> Esta carta é importante principalmente porque acentua a necessidade de ouvir e levar em consideração as opiniões divergentes, que podem contribuir para vivificar o movimento. Gramsci parece ter clareza dos riscos que um fechamento dogmático do grupo no poder poderia acarretar para a revolução. Os divergentes não podem ser considerados inimigos.

trabalhadoras, politicamente estratificadas de modo contraditório”, mas tendendo para a unidade. Um dos elementos mais importantes desta unidade é assegurado pela existência da URSS e pela persuasão difusa de que na Rússia se está construindo o socialismo. Mas disso não decorre o entendimento que “este elemento, que faz do partido comunista soviético o mais potente organizador das massas que já apareceu na história, tenha já conquistado uma forma estável e decisiva: muito pelo contrário”. O partido é sempre instável. Do “*ponto de vista das massas* a questão mais importante deste período histórico” é a questão da unidade (Ibid., p.470-471 – grifo do autor).

A questão de fundo que esta carta aborda é que um partido comunista tem um movimento interno, muitas vezes contraditório, que lhe dá vida; não pode se cristalizar ou se estabilizar a partir da consolidação de um grupo dirigente no poder, cuja vontade deve ser aceita sem questionamentos. Na concepção de Gramsci, o partido precisa ser o ponto de convergência entre o movimento das massas e a ação dos dirigentes, numa interação dialética que evita a burocratização do partido. “Não acredito que, na nossa carta, que deve evidentemente ser lida no seu conjunto e não a pedaços destacados e avulsos, haja qualquer perigo de enfraquecer a posição da maioria do Comitê Central”. E acentua: “este teu modo de raciocinar me causou uma impressão penosíssima” (Ibid., p.473).

Quanto à questão do significado e da atividade da vanguarda proletária, acentua: “você esquece muito facilmente as condições técnicas nas quais se desenvolve o trabalho em muitos partidos, que não permitem a difusão das questões teóricas mais elevadas a não ser em pequenos grupos”. Seu raciocínio está minado pelo “burocratismo”. A uma distância de nove anos da revolução, a questão mais importante é a persuasão de que se pode construir o socialismo (Ibid., p.473):

A autoridade do partido está ligada a esta persuasão, que não pode ser inculcada nas grandes massas com métodos de pedagogia escolástica, mas somente de pedagogia revolucionária, ou seja, somente do *fato político* de que o partido russo, no seu conjunto, está persuadido e luta unitariamente. (Ibid., p.473, grifos do autor)

Este trecho da carta é importante tanto porque explicita a função do partido e da vanguarda junto às massas, quanto demonstra a preocupação de Gramsci com os desdobramentos do agravamento da crise russa no âmbito internacional. Implicitamente, alerta para a possibilidade de a revolução ser perdida se a luta pela unidade interna não for garantida. Isso, porém, exigiria uma mudança na estrutura interna do partido que, na visão que a carta parece revelar, já havia se burocratizado. Para Paggi, Gramsci tinha uma compreensão clara das relações de forças em presença e percebeu que, no âmbito do contexto histórico delineado, havia a possibilidade de a experiência russa degenerar, ou seja, Gramsci foi o “primeiro a dar o grito de alarme” (Paggi, 1984, p.366-375).

A questão da função do partido e da vanguarda pressupõe tanto o empenho de Gramsci no processo formativo dos trabalhadores para uma consciência de classe e

uma autonomia política, quanto a sua posição referente à divisão entre dirigentes e dirigidos. Esta divisão, que constrói e sustenta a hegemonia burguesa, não pode fazer parte de uma organização política dos trabalhadores. A necessidade de autoeducação das massas ou educação recíproca, no movimento de organização política, é fundamental para romper os laços de dominação e construir uma nova ordem política.

Para Del Roio (2005, p.38), esta posição tem uma clara influência de Sorel e se vincula à crítica aos intelectuais e à necessidade de uma reforma intelectual e moral que se apresente como forma de “alimentar e ampliar o ‘espírito de cisão’”, a fim de garantir a “autonomia da classe operária em relação ao Estado e ao capital”. É a partir desta perspectiva que podemos estabelecer alguns elos entre os escritos de 1916-1926 e os *Cadernos do cárcere*, a fim de mostrar que a posição de Gramsci em relação à vanguarda não se alterou nos *Cadernos*, fruto de uma posição autônoma e crítica ante a política soviética.

As questões fundamentais que nos ajudam a esclarecer esta posição se apresentam nas reflexões sobre a relação dirigentes-dirigidos, o que implica uma concepção de partido enquanto uma organização dinâmica, cujo trabalho organizativo não deve ser burocratizado, mas deve sim manter viva a sua história e o seu empenho em elevar o nível das massas a fim de que todos tenham condições de se tornarem dirigentes.

### **Notas sobre a relação dirigentes-dirigidos nos *Cadernos do cárcere***

A noção gramsciana de vanguarda aparece já no *Caderno 1*, a propósito dos “anciões de Santa Rita”, da escola de Basilio Puoti, citados por De Santis, que consistia na “formação, na mesma classe, de uma ‘vanguarda’, de uma seleção espontânea de alunos que ajudavam o professor e continuavam a sua lição ensinando praticamente a estudar” (Gramsci, 1978, Q.1, §153, p.136). Essa noção é retomada no *Caderno 12*, tanto referente à estrutura do sistema escolar e à formação de grupos de trabalho sob a direção dos mais adiantados, quanto na ideia de dirigente nascido dos movimentos de base.

No *Caderno 6* encontramos outra observação interessante sobre a ideia de vanguarda que, no senso comum, corresponde a uma elite separada. Gramsci ironiza a ideia de que os dirigentes têm méritos especiais, naturais ou metafísicos, que justificam a sua separação das massas: “não se pode falar de elite, aristocracia, vanguarda como de uma coletividade indistinta e caótica que, pela graça de um misterioso espírito santo ou de outra misteriosa” divindade metafísica desconhecida, recebe a “graça da inteligência, da capacidade, da educação, da preparação técnica etc.” Esta noção abstrata não corresponde ao real vivido. “A coletividade deve ser entendida como produto de uma colaboração de vontade e pensamento coletivo” alcançado por meio “do esforço individual concreto, e não por um processo fatal estranho aos singulares: portanto, obrigação de disciplina interior, e não apenas daquela externa e mecânica” (Gramsci, 1978, Q.6, §79, p.750-751).

No *Caderno 11*, a separação intelectuais-massa é vista da perspectiva do homem comum: “Imagine-se a posição intelectual de um homem do povo: ele se

formou a partir das opiniões, das convicções, dos critérios de discriminação e das normas de conduta” que recebeu do seu meio social. “Qualquer um que sustente um ponto de vista contrário ao seu, enquanto é intelectualmente superior e sabe argumentar as suas razões melhor que ele, consegue derrotá-lo logicamente.” Nem por isso o homem do povo muda de opinião, porque o elemento mais importante, que fundamenta esse modo de pensar não é a razão, mas a fé. “Mas de fé em quem e em que coisa? Especialmente no grupo social ao qual pertence, enquanto este pensa difusamente como ele” (Gramsci, 1978, Q.11, §12, p.1390-91).

O distanciamento entre intelectuais e massas decorre de vários equívocos na própria compreensão do conhecimento e da ação política. O “erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, especialmente, sem sentir e estar apaixonado”, o que constitui um erro que afasta o intelectual do povo; “não se faz história-política sem paixão, ou seja, sem estar sentimentalmente unido ao povo”, sem compreender os sentimentos mais elementares: “se o intelectual não compreende e não sente, as suas relações com o povo-massa se reduzem a relações puramente burocráticas” (Gramsci, 1978, Q.4, p.451-452).

Já no *Caderno 8*, a propósito do significado do materialismo histórico e da articulação dialética entre teoria e prática, Gramsci assinala:

[...] autoconsciência, historicamente, significa criação de uma vanguarda de intelectuais: uma massa não se “distingue” e não se torna “independente” sem organizar-se e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes. (Gramsci, 1978, Q.8, §169, p.1042)

A seguir faz um esclarecimento importante, acentuando que este processo é longo e difícil e, “até que a ‘massa’ dos intelectuais não alcance uma certa amplitude, o que significa, até que a grande massa não alcance um certo nível de cultura, aparece sempre uma distância entre os intelectuais e as grandes massas”, ou seja, a “impressão de ‘acessório e complemento’” (Gramsci, 1978, Q.8, §169, p.1042).

No *Caderno 11* este assunto é retomado, reescrito e completado com as seguintes observações: este processo longo e difícil, pleno de contradições, “está ligado a uma dialética intelectuais-massa” na qual o movimento de ampliação e complexificação da camada dos intelectuais precisa ser acompanhado por “um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e simultaneamente amplia os limites de sua influência”, num crescendo que eleva indivíduos e grupos “em direção às camadas dos intelectuais especializados” (Gramsci, 1978, Q.11, §12, p.1386).

E mais adiante, ainda no *Caderno 11*, a ideia de vanguarda se esclarece na seguinte afirmação:

É evidente que uma construção de massa de tal gênero não pode acontecer “arbitrariamente”, em torno de uma ideologia qualquer, pela vontade formalmente

construtiva de uma personalidade ou de um grupo que se proponha por fanatismo de suas próprias convicções filosóficas ou religiosas. (Gramsci, 1978, Q.11, §12, p.1392-1393)

No *Caderno 14* encontramos uma distinção importante a propósito do voluntarismo ou garibaldinismo, que nos ajuda a explicitar o significado de vanguarda: “uma coisa é o voluntarismo ou garibaldinismo que teorizam a si mesmos como forma orgânica de atividade histórico-política” e se exaltam como heróis; outra é este mesmo movimento concebido como “momento inicial de um período orgânico a preparar e a desenvolver, no qual a participação da coletividade orgânica, como bloco social, acontece de modo completo”. A primeira concepção refere-se a uma elite sem massas; a segunda, a de “intelectuais que se sentem ligados organicamente a uma massa nacional-popular”. Na realidade, a elite sem massa é uma degenerescência, ou seja, o que as classes populares precisam é da “formação de blocos sociais homogêneos e compactos que exprimam um grupo de intelectuais”, uma “vanguarda sua própria, que reaja no seu bloco para desenvolvê-lo e não queira somente perpetuar o seu domínio errante” (Gramsci, 1978, Q.14, §18, p.1676).

Essas observações nos mostram que Gramsci tem uma noção de vanguarda que diverge da noção tradicional, visto que o ponto central, para ele, é o vínculo dinâmico e a troca permanente entre os intelectuais e as massas, num processo contínuo e recíproco de construção do projeto social pelo qual se luta, que é também um processo de elevação do nível cultural e de autoeducação das massas. Conforme Dias (2012, p.92), a questão dos intelectuais, para Gramsci, implicava “compreender por que e como entre as direções e as bases dos subalternos existia um fosso teórico-político” que precisava ser resolvido.

Formar seus próprios dirigentes implica colocar-se a questão sobre os pressupostos que orientam um projeto político. Existem governantes e governados, dirigentes e dirigidos: acredita-se que esta divisão é natural ou se crê que seja somente um fato histórico? A questão de fundo que sustenta a ideia gramsciana de vanguarda e que é central na luta por uma nova ordem social e política se encontra, portanto, nas reflexões sobre os intelectuais e a separação entre dirigentes e dirigidos.

Em vários momentos dos *Cadernos* Gramsci salienta a separação entre intelectuais-povo, expressa na distância entre forma popular e forma culta, tanto na língua quanto na literatura; acentua que, na Itália, formou-se uma elite intelectual distante do povo, uma elite que não percebe as qualidades e o espírito criativo popular; analisa a estrutura escolar mostrando a importância de uma escola que ofereça uma formação integral, como no *Caderno 12*: “A escola profissional gera a impressão de uma tendência democrática, visto que abre a possibilidade de acesso a novas funções necessárias ao modo de produção industrial e agrícola” (Gramsci, 1978, Q.12, §2, p.1547). Mas esclarece: a “tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada ‘cidadão’ possa se tornar ‘governante’”. E isso não

apenas formalmente, como acontece na sociedade burguesa, mas concretamente, em condições de participação efetiva (Ibid., p.1548).

A democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a esta finalidade. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende nem sequer a conservar a ilusão, porque ela se organiza sempre mais de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada [...]. (Ibid., p.1548)

Gramsci acentua, aqui, a mistificação subjacente à ideia de democracia na sociedade burguesa, na qual se difundem conceitos abstratos como liberdade e igualdade, que escondem a real condição de desigualdade social, de modo que essas ideias servem para elaborar e manter o consenso dos governados e não para tornar o cidadão em geral um governante. A prova disso é que a escola forma grupos especializados para a atividade governante enquanto aos trabalhadores são destinadas escolas profissionais.

A noção de vanguarda implica, precisamente, entender que todos são intelectuais e que todos têm condições de dirigir, basta que tenham acesso a uma formação adequada. Trata-se de formar um novo tipo de intelectual, articulado com os interesses das classes populares, e, para isso, seria necessária uma nova escola. Uma escola que formasse cidadãos críticos, capazes de se tornarem dirigentes, ou seja, capazes de desenvolver ao menos a capacidade de controlar seus governantes. Relembrando a experiência do jornal *L'Ordine Nuovo*, Gramsci acentua a importância de formar um novo intelectual, conforme as “aspirações latentes” do movimento operário: “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, [...] mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’” (Gramsci, 1978, Q.13, §3, p.1551).

No *Caderno 4* Gramsci havia anotado, na primeira redação do texto acima, que este novo intelectual, construtor, organizador, “persuasor permanente”, deveria ter uma formação que, à “técnica-trabalho, aliasse a técnica-ciência e a concepção ‘humanista-histórica’, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se consegue ser ‘dirigente’ (especialista da política)” (Gramsci, 1978, Q.4, §72, p.514).

Esta formação integral envolve não apenas a escola, mas a elaboração de uma nova concepção de mundo no movimento da luta de classes, ou seja, implica esclarecer a questão da ideologia e da linguagem enquanto instrumento de dominação. Além da escola, o partido político exerce uma função fundamental como “organizador de uma reforma intelectual e moral”, a fim de criar as condições para o “desenvolvimento posterior da vontade coletiva nacional-popular em direção a uma forma superior e total de civilização moderna” (Gramsci, 1978, Q.13, §1, p.1560).

Esses dois pontos fundamentais: formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno príncipe é, ao mesmo tempo, o organizador e a expressão ativa e operante, e reforma intelectual e moral, deveriam constituir a estrutura do trabalho. (Ibid., p.1561)

A educação é entendida aqui como um processo permanente de formação, responsabilidade das organizações internas do movimento dos trabalhadores, mas também do Estado, cuja tarefa educativa e formativa visa a “criar novos e mais altos tipos de civilização”, adequando “a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção” (Gramsci, 1978, Q.13, §7, p.1565-1566). Essa tarefa, desempenhada pelo Estado burguês conforme os interesses do capitalismo, precisa ser redefinida na construção do Estado operário.

Desta perspectiva educativa e formativa no contexto da luta de classes, a questão central é a dos intelectuais e de sua atividade: para Gramsci, “o erro metodológico mais difundido” é o de haver buscado as “características essenciais desta função no interior da atividade intelectual”, e não no sistema de relações sociais e econômicas nas quais esta atividade se insere (Gramsci, 1978, Q.4, §49, p.476). A superação da separação entre teoria e prática e entre dirigentes e dirigidos é fundamental para se colocar a possibilidade da revolução, que aqui se expressa na formação de uma vontade coletiva nacional-popular e na necessidade de uma reforma intelectual e moral.

A concepção original de Gramsci a respeito da direção revolucionária se encontra na afirmação várias vezes repetida de que todos são intelectuais e que, portanto, todos têm a capacidade de se tornarem dirigentes. A questão da relação entre educação e hegemonia pressupõe esta afirmação, que implica a clareza de que todo movimento de organização política precisa ter o objetivo de elevar as massas ao maior nível intelectual possível, entendendo que as novas características da luta de classes são ideológicas, de modo que se deve elaborar uma consciência crítica a fim de reinterpretar todo o passado cultural do ponto de vista da luta de classes.

Todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio lança-se na assimilação e conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais e tal conquista se torna mais rápida na medida em que o grupo for capaz de elaborar seus próprios intelectuais orgânicos. (Gramsci, 1978, Q.12, §1, p.1517)

Isso implica desenvolver uma consciência histórica e politicamente crítica, ou seja, a capacidade de fazer o seu grupo passar de relações econômico-corporativas para um Estado ético-político. Significa articular teoria e prática, manter-se vinculado às massas, empenhar-se para o processo de educação recíproca e elevação do nível cultural do movimento.

Os intelectuais orgânicos de um grupo social assimilam os intelectuais tradicionais na medida em que cumprem sua função fundamental de elevar os membros “econômicos” de um grupo social para a qualidade de “intelectuais políticos”, de organizadores de todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. (Gramsci, 1978, Q.4, §49, p.478)

Esta questão aparece em vários momentos, sempre articulada à luta pela hegemonia e à necessidade de emancipação intelectual dos trabalhadores. Se a função educativa e formativa é do partido político, este deve manter uma articulação interna, uma dinamicidade que permita que todos os membros do partido sejam considerados intelectuais, com distinção de graus, conforme a fase de formação e de participação (Gramsci, 1978, Q.12). O partido tem a função de formar um corpo teórico-prático para um modo de pensar e agir unificados e conscientes (Gramsci, 1978, Q.19).

A propósito da teoria política de Michels, Gramsci se refere aos partidos nas democracias burguesas como instituições que assumem uma prática burocrática na qual o dirigente se torna sempre mais um “especialista, que deve ter noções sempre mais extensas” e, frequentemente, uma “esperteza sempre mais vasta”. Desta forma, “os dirigentes se distanciam da massa e se percebe a flagrante contradição que, nos partidos avançados, existe entre as declarações e as intenções democráticas”. E acentua que, nos partidos populares, a “educação e a ‘aprendizagem’ política” se verificam em grande parte por meio da “participação ativa dos subordinados na vida intelectual – discussões – e organizativa do partido” (Gramsci, 1978, Q.2, §75, p.236).

A questão da espontaneidade e da direção consciente é abordada por Gramsci no *Caderno 3*, sustentando que o conceito “espontaneidade” possui múltiplos significados e que a espontaneidade “pura” não existe: qualquer ação ou movimento traz em si “elementos primitivos de direção consciente, de disciplina”, embora muitas vezes não identificáveis porque os movimentos “espontâneos” não deixam documentos a examinar. Por isso “pode-se dizer que o elemento ‘espontaneidade’ é característico da ‘história das classes subalternas’ e, mesmo, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes” e que, por não terem ainda desenvolvido uma consciência de classe, “nem suspeitam que a sua história possa ter alguma importância” (Gramsci, 1978, Q.3, § 48, p.328).

Gramsci procura mostrar que “um sistema de governo é expansivo quando facilita e promove o desenvolvimento a partir de baixo, quando eleva o nível da cultura nacional-popular e, portanto, torna possível selecionar ‘excelências intelectuais’ numa área mais ampla” (Gramsci, 1978, Q.6, §170, p.821). Para esclarecer essa tese, refere-se ao movimento dos conselhos de fábrica: “O movimento de Turim foi acusado, ao mesmo tempo, de ser ‘espontaneísta’ e ‘voluntarista’ ou bergsoniano. A acusação contraditória, analisada, mostra a fecundidade e a justeza da direção tomada” (Gramsci, 1978, Q.3, §48, p.330). Tratava-se de uma

direção que não era mecânica, concentrada em afirmações dogmáticas, mas que procurava explicitar a ação política: “aplicava-se a homens reais, formados em determinadas relações sociais, com determinados sentimentos, modos de ver”, elementos que se apresentavam como “combinações ‘espontâneas’ de um dado ambiente de produção material” (Gramsci, 1978, Q.3, §48, p.330):

Esse elemento de espontaneidade não foi descuidado, nem desprezado: foi *educado*, foi direcionado, foi purificado de tudo aquilo de estranho que o pudesse poluir, para torná-lo homogêneo, mas de um modo vivo, historicamente eficiente, com a teoria moderna. (Ibid. – grifo do autor)

E, gradativamente, Gramsci explica como os dirigentes eram estimulados por esta espontaneidade, a qual “dava à massa uma consciência ‘teórica’, uma consciência criadora de ‘valores históricos’ e institucionais, de fundadora de Estado”. A ação política criava uma unidade entre “espontaneidade” e “direção consciente”, uma “disciplina” que é a “ação política real das classes subalternas, enquanto política de massa e não simples aventura de grupos que apelam à massa”. A teoria moderna não pode estar em oposição à espontaneidade das massas, porque entre elas existe uma diferença de grau, não de qualidade, porque a experiência cotidiana mesclada com a teoria se transforma e nos transforma: “deve ser possível uma ‘redução’, por assim dizer, recíproca, uma passagem de uma a outra e vice-versa” (Ibid., p.330-331). E Gramsci acrescenta algo que serve para a crítica ao distanciamento que, no curso da história, algumas direções tomaram em relação ao movimento de massas, a partir do “desprezo aos movimentos ‘espontâneos’”, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior inserindo-os na política:

Acontece quase sempre que um movimento “espontâneo” das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa e, por outro lado, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado deve-se colocar a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos e, portanto, a torná-los um fator político positivo. (Ibid., p.331)

Na verdade, acentua, “a realidade é rica de combinações bizarras”, cabendo ao teórico explicitá-las, ou seja, “‘traduzir’ em linguagem teórica os elementos da vida histórica e não vice-versa, apresentar a realidade conforme um esquema abstrato”. A atividade do intelectual das classes populares deve assemelhar-se ao trabalho de Leonardo da Vinci, que “sabia encontrar o número em todas as

manifestações da vida cósmica, mesmo quando os olhos profanos viam somente arbítrio e desordem” (Ibid., p.332). As massas trazem em sua espontaneidade o empírico, em sua aparência simples que precisa ser desconstruída, como um hieróglifo ou um enigma que, se esclarecido, deixa vislumbrar um novo mundo. Mas o intelectual não pode esquecer que este é um trabalho de educação recíproca, de articulação entre teoria e prática.

Esse tema perpassa os *Cadernos* e nos demonstra que Gramsci sempre se posicionou contra uma vanguarda dirigente destacada, que desemboca em uma burocracia que paralisa qualquer movimento, separando representados de representantes e estes, consolidando-se nessa função, assumindo para si direitos que seriam de todos. “Se o intelectual não compreende e não sente, as suas relações com o povo-massa são ou se reduzem a relações puramente burocráticas, formais”. Cria-se um distanciamento que se torna, com o tempo, insuperável: “os intelectuais tornam-se uma casta ou um sacerdócio”. Por outro lado, se “a relação entre intelectuais e povo-massa, entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados acontece por uma adesão orgânica”, na convivência coletiva, “na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, portanto, saber (não mecanicamente, mas de modo vivo)”, tem-se a possibilidade de uma “troca de elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, isto é, realiza-se a vida juntos, que é apenas uma força social, cria-se o ‘bloco histórico’” (Gramsci, 1978, Q.4, §33, p.452).

Este fragmento do *Caderno 3* é reescrito no *Caderno II*: “se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, acontece como uma relação orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, portanto, saber [...] só então a relação é de representação” (Gramsci, 1978, Q.11, §35, p.1450). A base desta afirmação está na experiência dos conselhos de fábrica, aqui retomados para frisar que, em 1919-1920, os “fatos ‘espontâneos’ lesavam interesses partidários, abalavam posições adquiridas”, tanto que confederação e partido se uniram e decidiram acordos que prejudicaram o movimento:

Um documento excepcional desta separação entre representados e representantes é constituído pelo chamado pacto de alianças entre confederação e partido, que pode ser comparado a um acordo entre Estado e Igreja. O partido que é, em embrião, uma estrutura estatal, não pode admitir nenhuma divisão de seus poderes políticos, não pode admitir que uma parte dos membros se coloque como possuidores de igualdade de direitos, como aliados do “todo”. (Gramsci, 1978, Q.3, §42, p.320-321)

Para Gramsci, os conselhos não se opunham aos sindicatos e ao partido, mas, nascendo no espaço da produção, com elementos “espontâneos”, vinham complementar o trabalho de organização política dos trabalhadores. E a atividade dos conselhos foi construída na interlocução contínua entre os jornais operários e a ação nas fábricas, trabalho coordenado por Gramsci que, conforme assinala Coggiola (1996, p.205), escrevia artigos que eram discutidos pelos operários.

As críticas, sugestões e observações [eram] sistematizadas e novamente lançadas para a massa em forma de artigos, proposições de organização e luta. [...] A direção político-ideológica é reservada ao partido, articulado estreitamente aos conselhos e às massas populares.

Essa era a ideia que Gramsci tinha de política e educação, ideia que ele não abandona nos *Cadernos*, ao contrário, retoma para criticar a burocratização partidária. O processo de autoemancipação das massas apresenta-se como um processo formativo de educação recíproca que precisa transformar-se em um contínuo trabalho de formação de intelectuais, que nascem desse movimento e atuam dialeticamente em articulação com as massas.

Mordenti (2007, p.72) se pergunta “como faz uma classe subalterna a construir-se um aparelho de intelectuais próprio e de cultura hegemônica?”. A questão, da maior importância para Gramsci, é explicitada pelo estudo da “formação da hegemonia burguesa na Itália, em particular na atuação que os ‘moderados’ souberam exercitar no *Risorgimento*”. A força política e a liderança dos moderados derivavam, em grande parte, do fato de serem os dirigentes nascidos e formados no âmbito da classe burguesa: eram empresários antes de serem políticos.

Para Dias (2012, p.95), esta questão é fundamental e passa, ainda, pela reformulação da linguagem, que “não é um vínculo neutro que se estabelece entre pessoas, classes, grupos e não pode politicamente ser tratada como mera questão técnica”. A grande força política e cultural das classes dominantes está em que se trata os conceitos como neutros e abstratos, a maioria naturalizados, de modo que as classes populares acabam assimilando esses conceitos como se fossem seus; desta forma, a linguagem atua como um forte instrumento ideológico de manutenção das classes subalternas na eterna subalternidade.

## Conclusão

Gramsci aborda a educação, a cultura em geral e a literatura em particular, como expressão do conjunto das relações políticas em seu sentido amplo, ou seja, como luta de classes. Nesse contexto, a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais, entendidos por Gramsci como “funcionários das superestruturas” (Gramsci, 1978, Q.12, §1, p.1518). A questão que nos moveu neste artigo foi explicitar a necessidade de formação de intelectuais orgânicos enquanto dirigentes e participantes efetivos dos movimentos populares; como articuladores políticos, os intelectuais têm também a função de elevar o nível cultural das massas até se alcançar uma consciência crítica e uma identidade de classe, ou seja, são também educadores.

A relação entre política, cultura e educação na abordagem gramsciana, portanto, não se restringe ao problema escolar, mas assume nova dimensão a partir do entendimento de que nos educamos na vida, nas relações sociais e no contexto histórico; deste modo, educação e cultura se apresentam como momentos da

luta política por uma nova ordem social. Como parte da política enquanto ação revolucionária, educação e cultura são formadoras de uma nova concepção de mundo e, no contexto das relações históricas, explicitam as forças que atuam na instituição e manutenção do Estado e das relações de hegemonia, gerando novos encaminhamentos da luta de classes.

Para exemplificar estas relações, tomamos alguns escritos de Gramsci sobre o conselho de fábrica, acentuando a articulação entre política, prática educativa e formação cultural no movimento que visava criar as bases da revolução operária na Itália. A partir deste movimento, acentuamos as características do dirigente defendidas por Gramsci tanto no movimento quanto nas intervenções a propósito da crise interna do partido russo nas cartas de 1924 e 1926, as quais desembocaram nas polêmicas sobre a função do partido político, que levaram à ruptura de Gramsci com Togliatti.

A seguir, defendemos que esta posição de Gramsci foi mantida nos *Cadernos do cárcere*, o que se pode verificar nas suas reflexões sobre os intelectuais e na ideia original de vanguarda, diferente da ideia que prevaleceu nos partidos comunistas. Em vários momentos ao longo dos *Cadernos*, apesar da linguagem contida, provavelmente em função da vigilância carcerária, podemos identificar a posição de Gramsci na necessidade de elevar o nível intelectual e cultural das massas, de articular intelectuais e massa, de entender a cultura nacional-popular como universal, de defender a educação recíproca, de acentuar a necessidade de os dirigidos controlarem os dirigentes e, o mais definitivo, na afirmação de que todos os homens são intelectuais.

Falando a propósito da filosofia idealista, Gramsci acentua, em certo momento, que “a organicidade do pensamento e a firmeza cultural se poderia alcançar somente se entre intelectuais e os simples houvesse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática”, ou seja, se os intelectuais “fossem organicamente os intelectuais daquelas massas, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática”. É no contato com os simples que se encontra “a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos [...]”. Somente por esse contato uma filosofia se torna histórica, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida” (Gramsci, 1978, Q.10, §12, p.1382).

Como esta reflexão existem inúmeras outras. Gramsci não foi um culturalista, nem um liberal, muito menos um stalinista, mas foi até o fim um revolucionário internacionalista que não abandonou esta linha no cárcere, linha que foi alimentada pela experiência dos conselhos e do jornalismo de *L'Ordine Nuovo*. Os *Cadernos* revelam um caminho autônomo, que consistia em não aceitar nenhuma teoria sem uma base crítica a partir de seu cotejamento com a prática ou sem levar até as últimas consequências as proposições políticas implícitas.

Nesse contexto, a articulação dirigentes e dirigidos visando superar as divisões nascidas na sociedade capitalista e criar as condições de uma nova ordem social e

política transforma as noções de educação e de cultura, na medida da centralidade da política. Entendemos que esta é uma das grandes contribuições de Gramsci.

### Referências bibliográficas

- COGGIOLA, Osvaldo. Bolchevismo, Gramsci, conselhos. In: DIAS, E. F. et. al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci – a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. *Lettere (1908-1926)*. Torino: Einaudi, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.
- \_\_\_\_\_. *L'Ordine Nuovo (1919-1920)*. Torino: Einaudi, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Cronache Turinesi (1913-1917)*. Torino: Einaudi, 1980.
- PAGGI, Leonardo. *Le strategie del potere in Gramsci*. Roma: Riuniti, 1984.
- SCHLESENER, Anita Helena. *Revolução e Cultura em Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Antonio Gramsci e a Política Italiana – Pensamento, Polêmicas, Interpretações*. Curitiba: Ed. UTP, 2005.

### Resumo

O objetivo deste artigo é articular política e educação a partir dos escritos de Gramsci, tendo como referência a ideia de direção política no interior do partido. Para explicitar esse tema, tomamos como base a noção gramsciana de vanguarda, com recortes de escritos de 1919-1920, a carta de 1926 e fragmentos dos *Cadernos do cárcere*, que acentuam a necessidade de superar a divisão e o distanciamento entre dirigentes e dirigidos. Trata-se de acentuar a concepção original de Gramsci a respeito da organização do Partido na afirmação de que todos são intelectuais e que, portanto, todos têm a capacidade de se tornarem dirigentes.

**Palavras-chave:** Direção política, educação, vanguarda

### Abstract

The aim of this article is to join politics and education from the writings of Gramsci with reference to the idea of political direction within the party. To explain this topic we take as a base the gramscian notion of vanguarda, with clippings from writings of 1919-1920, the letter of 1926 and the Prison Notebooks' fragments that accentuate the need to surpass the division and the distancing between leaders and directed. It is to emphasize Gramsci's original conception of Party organization in the assertion that all are intellectuals and that, therefore, all have the capacity to become leaders.

**Keywords:** Politics direction, education, vanguard